



Arroio do Padre/RS e sua identidade luterana: práticas de educação e cultura de uma comunidade (1950-1960)

Cássia Raquel Beiersdorf*
Patrícia Weiduschadt**

Resumo: Arroio do Padre é uma pequena cidade localizada ao sul do Rio Grande do Sul. Emancipou-se de Pelotas no dia 17 de abril de 1996, tornando-se um dos quatro enclaves do Brasil. Enclave porque se limita unicamente com o município de Pelotas. Possui uma área de 124,69 km² e uma população de 2.722 habitantes. No ano de 1868, a localidade passou a ser ocupada com a expansão da imigração alemã-pomerana de São Lourenço do Sul. Estes, na sua maioria, não eram oriundos do sul da Alemanha, onde a religião católica era predominante, mas sim de regiões onde as igrejas eram protestantes, principalmente luteranas. Neste sentido, este processo imigratório criou vínculos identitários específicos, já que havia questões étnicas e religiosas envolvidas. Identidade compreendida como uma construção e não como um processo essencialista. (HALL, 2000; WOODWARD, 2000). No que se refere à educação, os imigrantes também se baseavam nos ideais de Lutero que já no século XVI defendia o ensino para todos e de caráter obrigatório. Chegando ao Brasil, sem encontrar condições sequer semelhantes ao com que viviam na sua terra de origem, logo trataram de criá-las, mas sem dúvida reinventando-as (HOBSBAWN, 1987). Nestes ideais, Arroio do Padre se ergueu e hoje de acordo com os dados do IBGE é destacado como o município brasileiro com o maior percentual de evangélicos (85,8%) e, por consequente, com o menor percentual de católicos (7,8%). Assim, este artigo tratará das práticas de educação e cultura promovidas especificamente pela Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil de Arroio do Padre II (1950-1960), suas manifestações construtoras de identidades nesta realidade, com base, principalmente, em fontes documentais, orais e iconográficas sob um olhar crítico e problematizador, privilegiando-se assim a história “vista de baixo” na perspectiva da História Cultural.

Palavras-chave: educação; cultura; identidade luterana.

* Mestranda em Educação na Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Contato: cassinhaerb@hotmail.com.

** Doutora em Educação. Professora efetiva da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Contato: patriciaweidus@gmail.com.



Abstract: Arroio do Padre is a small town located in the south of Rio Grande do Sul. It emancipated from Pelotas on April 17, 1996, becoming one of the four enclaves of Brazil. It is said enclave because it is limited only to the city of Pelotas. It has an area of 124.69 km² and a population of 2,722 inhabitants. In 1868, the expansion of German-Pomeranian immigration from São Lourenço do Sul occupied the town. These immigrants were not coming in their majority from the Southern Germany, where the Catholic religion was dominant, but from the regions where churches were Protestant, mainly Lutheran. In this sense, this immigration process has created specific bonds of identity, since there were ethnical and religious issues involved. By identity one means a constructive and not an essentialistic process. (HALL, 2000; WOODWARD, 2000). In what concerns education, these immigrants were also based on the ideals of Luther who, back in the sixteenth century, advocated for a compulsory education for everybody. When in Brazil, without even finding similar conditions to those existing in their homeland, they immediately tried to create them, yet surely reinventing them. (HOBSBAWM, 1987). In these ideals Arroio do Padre arose, and today, according to IBGE data, it is highlighted as the Brazilian town with the highest percentage of Evangelicals (85.8%) and, consequently, with the lowest percentage of Catholics (7.8%). Thus, this paper addresses the practices of education and culture promoted specifically by the Evangelical Church of Lutheran Confession in Brazil at Arroio do Padre II (1950-1960), its expressions of building identities at such conditions, being mainly based on documentary, oral and iconographic sources, under a critical and problematical eye, granting, thus, the history seen "from below" in the perspective of Cultural History.

Keywords: education; culture; Lutheran identity.

Introdução

Arroio do Padre é uma pequena cidade localizada ao sul do Rio Grande do Sul e que em 1868, passou a ser ocupada com a expansão da imigração alemã-pomerana de São Lourenço do Sul. Estes, na sua maioria, não eram oriundos do sul da Alemanha, onde a religião católica era predominante, mas sim de regiões onde as igrejas eram protestantes, principalmente luteranas. Neste sentido, este processo migratório criou vínculos identitários específicos, já que havia questões étnicas e religiosas envolvidas. Identidade compreendida



como uma construção e não como um processo essencialista. (HALL, 2000; WOODWARD, 2000).

No que refere à educação, os imigrantes também se baseavam nos ideais de Lutero que já no século XVI defendia o ensino para todos e de caráter obrigatório. Chegando ao Brasil, sem encontrar condições sequer semelhantes ao com que viviam na sua terra de origem, logo trataram de criá-las, mas sem dúvida reinventando-as (HOBSBAWN, 1987). Nestes ideais, Arroio do Padre se ergueu e hoje de acordo com os dados do IBGE é destacado como o município brasileiro com o maior percentual de evangélicos (85,8%) e, por consequente, com o menor percentual de católicos (7,8%).

Assim, este artigo trata das práticas de educação e cultura promovidas especificamente pela Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil de Arroio do Padre II (1950-1960), suas manifestações construtoras de identidades nesta realidade, com base, principalmente, em fontes orais e iconográficas sob um olhar crítico e problematizador, privilegiando-se deste modo a história “vista de baixo” na perspectiva da História Cultural.

Os pressupostos teórico-metodológicos desta comunicação encontram amparo na corrente historiográfica da História Cultural. Corrente esta, que conforme Pesavento (2004) firma-se como uma nova forma de a história tratar as pesquisas, não mais como uma mera história do pensamento ou história política, onde se estudava os grandes nomes de uma dada corrente ou escola. Ao contrário, busca enxergar a cultura como um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo.

Mais do que isso, conforme Burke (1992), a História Cultural quer também se aproximar das massas anônimas. Pode-se afirmar que ela revela uma especial afeição pelo informal, por análises historiográficas que apresentam caminhos alternativos para a investigação histórica, indo onde as abordagens tradicionais não foram. Privilegia-se, a história “vista de baixo”, usando diferentes fontes e olhando-as de forma crítica e problematizando-as, existindo a preocupação em retratar os conflitos e as estratificações existentes nas classes sociais, por meio de uma história plural que apresenta caminhos alternativos para a investigação do problema.

Assim sendo, para constituir os dados que fomentam esta pesquisa fez-se uso principalmente das fontes oral e iconográfica, tendo esta como um instrumento importante no



sentido de possibilitar uma melhor compreensão da construção das estratégias de ação e das representações da instituição luterana IECLB¹ de Arroio do Padre, na década de 50.

O entendimento das práticas culturais e educacionais ancoradas nesta identidade luterana buscou-se através da memória de participantes desse processo. Esta comunicação contou com três narrativas de mulheres que participaram ativamente do grupo de jovens desta igreja luterana e de um professor da época. A memória coletiva é latente no processo e o discurso converge para as práticas educacionais e culturais entrelaçadas que buscam criar um diferenciador cultural. Ou seja, a memória individual das narrativas se assenta em mecanismos coletivos apontados por Halbwachs:

No mais, se a memória coletiva tira a sua força e sai duração do fato de ter suporte um conjunto de homens, não obstante eles são indivíduos que se lembram, enquanto membros do grupo. Dessa massa de lembranças comuns, e que se apóiam uma sobre a outra, não são as mesmas que aparecerão com mais intensidade para cada um deles. Diríamos involuntariamente que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios. [...] Todavia quando tentamos explicar essa diversidade voltamos sempre a uma combinação de influências que são, todas, de natureza social [...]. (HALBWACHS, 1990, p. 51)

Neste sentido, os processos de rememoração do grupo são coesos e movidos pelas recordações da juventude em que se realizam determinadas práticas que inevitavelmente contribuíram na construção identitária. Do mesmo modo a memória precisou de evocadores, como fotos mostradas pelos narradores a fim de reforçar as lembranças. A partir dos estudos de Allan Radley (1992) acredita-se que a memória também está presente nos objetos e nos artefatos, sendo possível recordar fazendo relações com os objetos produzidos e preservados pelos grupos. Neste sentido, as fontes iconográficas representadas pelas fotografias preservadas pelos depoentes também serviram para referendar o trabalho.

Arroio do Padre: sua história e identidade pomerana

Arroio do Padre, conhecido como “o mais novo município da Serra dos Tapes”, emancipou-se de Pelotas no dia 17 de abril de 1996, tornando-se um dos quatro municípios enclaves do Brasil. Enclave porque se limita unicamente com o município de Pelotas. Possui

¹ Instituição IECLB- Igreja Evangélica Luterana do Brasil, organizada em meados do século XIX no início da imigração alemão, denominando-se Sínodo Riograndense. Contou com apoio da Alemanha para a sua expansão no Brasil (DREHER, 2002). Atualmente em Arroio do Padre é majoritária em número de adeptos.



uma área de 124,69 km² e uma população que, de acordo com os dados do IBGE (2010), é de 2.722 habitantes. Segundo Milheira (2008), os índios Tapes e Carijós (Tupi-guarani) foram os primeiros habitantes da Serra dos Tapes, e, portanto, também da área que hoje compõe o município.

Ao longo do século XVIII, espanhóis e portugueses dominaram a região sem, no entanto, povoá-la devido ao terreno ondulado e à mata nativa, imprópria para a criação de gado. Em meados do século XIX a região pertencia a latifundiários e/ou eram terras devolutas, até que em 1868 inicia-se a colonização pomerana à margem direita do arroio Grande [...]. (BAYSDFORF, 2007, p. 69)

A colonização tratava-se da expansão da imigração alemã-pomerana de São Lourenço do Sul, iniciada em 1858:

A devassa produzida pelas guerras napoleônicas (início do século XIX), guerras internas, explosão demográfica, mecanização das lavouras, as fracassadas revoluções liberais de 1848, dos tecelões da Silésia, a falta de terras para os agricultores, neste ambiente tumultuado que assolava os vários principados, ducados e reinados da Alemanha, deu-se o processo da imigração. [...] As dificuldades econômicas eram muitas e grande parte da população vivia em estado de miséria. Foi nessa perspectiva e com o intuito de evitar uma crise maior, que milhões de germânicos atravessaram os mares do mundo em busca de uma nova terra e de um novo futuro. (COSTA; DIETRICH; ALMEIDA 2008, p. 3-4)

Os alemães vieram primeiramente para o sul da Bahia e, posteriormente, de modo concreto oficial, para os três estados do sul do Brasil. No Rio Grande do Sul, a colonização iniciou em São Leopoldo no dia 25 de julho de 1824, sendo que grande parte dos que emigraram para o sul do Rio Grande do Sul vinham da Renânia, Vestfália e Pomerânia.

“A Pomerânia era uma província do Reino da Prússia e que tem sua origem diretamente relacionada com a tribo eslava dos Wendes, que oriundos da Quirguízia viviam ao longo da costa meridional do Mar Báltico nos primeiros anos do segundo milênio” (RÖLKE, 1996, p. 9). A principal atividade dos pomeranos na Prússia era de cultivar as lavouras dos grandes proprietários de terras, o que os diferenciava dos imigrantes alemães de outras regiões, que se dedicavam mais as atividades artesanais e industriais.

No território brasileiro, bem como, no rio-grandense, os núcleos alemães se caracterizavam por serem colônias patrocinadas pelo governo imperial, em que os lotes eram entregues gratuitamente. Esta prática foi seguida até 1850, quando começaram as cobranças das terras.



O ano de 1850 marca o início de uma nova fase na política de colonização. A partir dessa data, o governo imperial toma uma série de iniciativas e medidas tendo por alvo incrementar e sistematizar a imigração de elementos que viessem dedicar-se à agricultura. (COARACY, 1957, p. 15)

O Governo Imperial tinha por necessidade o povoamento de regiões inóspitas, como a da Serra dos Tapes, no sul do Rio Grande do Sul. Isto se dava tanto pela sua ocupação humana, como pelo fato de toda a província de São Pedro do Rio Grande, também ser uma área de disputas fronteiriças com a Argentina e o Uruguai. Assim foi promulgada no mesmo ano de 1850 a Repartição de Terras Públicas, da qual se estabeleceu as normas e condições para aquisição de terras pertencentes ao Estado para a introdução da agricultura.

De acordo com BAYSDORF (2007, p. 49), na província de São Pedro do Rio Grande esta medida foi tomada através da Lei 304 de 30 de novembro de 1854, a qual fixou o preço de três réis por braça quadrada destas terras públicas somente para a colonização, o que incentivou a iniciativa privada em adquirir estas terras.

Assim, no dia 30 de dezembro de 1850, Jacob Rheingantz comprou 73 lotes de terras do Governo Imperial, na Serra dos Tapes, ao sul do rio Camaquã. Rheingantz criou uma parceria com o fazendeiro José Antônio de Oliveira Guimarães. Guimarães contribuía com as glebas de terra e com a recepção aos primeiros colonos, enquanto Rheingantz se ocupava em conseguir os imigrantes que, sobretudo, fossem agricultores. Pelo fato dos imigrantes oriundos da Pomerânia, corresponderem a esse requisito, foram estes que vieram em maior proporção para a região meridional do Rio Grande do Sul.

Em 18 de janeiro de 1858, desembarcaram oficialmente 88 imigrantes na localidade de São Lourenço do Sul, fundada naquele momento, no interior de Pelotas. A boa recepção e o encaminhamento ao local foi o principal ponto positivo da colônia de São Lourenço, pois se não bastassem as péssimas condições de viagem, do seu longo período em alto-mar (mais de dois meses) e da demora em serem embarcados para o porto de São Lourenço, uma realidade um tanto hostil ainda esperava este grupo étnico.

Empresas de colonização como a de Rheingantz tinha como objetivo a lógica do investimento de capital e de produção de lucro. As terras eram compradas por baixos preços, com uma propaganda de venda de lotes que atraíam muitas pessoas, principalmente devido aos prazos de pagamento. No entanto, os juros eram altíssimos e os colonos não tinham o direito de negociar os seus produtos agrícolas, que eram monopolizados pelo empresário colonizador. Tinham que ainda cumprir uma série de ordens, principalmente a de pagar os lotes, senão, teriam como obrigação se retirar destas propriedades.



Primeiramente, o problema estava na falta de apoio do Estado, pois se entendia que este tipo de colonização de iniciativa privada era uma concorrente das suas colônias. Depois, ao invés de trabalhar na planície litorânea, na qual estavam acostumados, até por que era de interesse dos fazendeiros de não colonizar esta região para manter sua estrutura de pecuária extensiva, foram conduzidos para a Serra dos Tapes, onde uma topografia torneada de coxilhas e de mata virgem os aguardava.

Mesmo nessas condições, Coaracy (1957, p. 112) afirma o sucesso:

A Colônia de São Lourenço tem tido um progresso como poucas outras (...) em sua quase totalidade, alemães e na maioria filhos da Pomerânia (...) nesta Colônia todo trabalhador pode, não só ganhar a sua subsistência como, em pouco tempo, juntar um pequeno capital.

Na realidade, grande parte dos colonos pomeranos estava insatisfeita com as condições recebidas. Precisavam disputar espaço com alguns bugres, adaptar-se ao relevo acidentado desta região, desbravar as matas, abrir estradas, construir por conta própria suas casas, escolas e igrejas. Além disto, ainda precisavam se submeter ao monopólio comercial de Rheingantz, principalmente quanto à batata, o principal produto agrícola produzido. A batata era inclusive exportada para outros países e gerava uma alta lucratividade que ficava para Rheingantz.

Mesmo que a história oficial queira sugerir que as relações entre os imigrantes e os promotores da imigração aconteciam sem grandes conflitos aparentes, pode-se supor que em muitos casos os tensionamentos deveriam ocorrer. Não se pode considerar a homogeneidade nos grupos de descendência germânica que vieram para o Brasil. Talvez, de forma tímida, possa se afirmar que houve compartilhamentos de aspirações e desejos em se instalar em terras brasileiras. Entretanto, essa poderia ser uma forma identitária que os unisse, mas as diferenciações étnicas, religiosas e econômicas apresentaram marcantes diferenças. Diante das diferenciações se constituiu, ou até mesmo, poder-se-ia afirmar que se forjou a construção de identidades específicas:

A identidade é, na verdade relacional, e a diferença é estabelecida por uma *marcação simbólica* relativamente a outras identidades. [...] A identidade está também vinculada a *condições materiais e sociais*. Se um grupo é simbolicamente marcado como inimigo ou como tabu, isso terá efeitos reais porque o grupo será socialmente excluído e terá desvantagens materiais. [...] (WOODWARD, 2000, p. 14, grifos do autor)



O que se pode considerar é que as relações de diferença vistas de forma inferior, como o uso do dialeto pomerano em relação à língua oficial alemã ou a condição do pomerano ser apontado como colono pela visão empreendedora representada por Rheingantz, depreende que o entendimento dos conflitos e demarcações depende da observação das diferenças. Inevitavelmente essas diferenças provocariam desavenças e desacordos, mas que auxiliaram a formação de determinadas identidades.

A situação de total isolamento, de preconceito, de falta de líderes e de educadores, e principalmente, da desilusão em não poderem no Brasil alcançar a sua independência, gerou uma posição de contrariedade nos colonos.

Esta situação chegou ao extremo no Natal de 1867. Devido à revolta com as altas taxas de juros, prazos de pagamento, e das irregularidades na demarcação dos lotes coloniais, e de uma série de medidas tomadas pelo governo municipal, inclusive, proibindo “sob pena de prisão, ajuntamentos de mais de três pessoas” (COARACY, 1957, p. 99), a colônia de São Lourenço então se organizou para provocar uma rebelião no dia 25 de dezembro de 1867, quando invadiram a residência de Rheingantz e através de muita pressão, conseguiram algumas de suas reivindicações.

Nesta situação, as autoridades, temendo pelo risco da formação de uma comunidade de resistência, tomaram providências. Em menos de uma semana foi enviado o maior efetivo policial da província (68 praças), comandados pelo próprio chefe da polícia da província. Houve também a troca na direção da colônia, que passou então para o Barão de Kahlden, um experiente diretor de uma colônia alemã em Santo Ângelo, no norte do Rio Grande do Sul.

Após certo período de apaziguamento, a direção voltou para Rheingantz, que expandiu a colônia de São Lourenço para além do arroio Grande (Turuçu). Com a sua morte, os direitos de posse passaram para o seu filho, Carlos Rheingantz, que não quis assumir a direção, passando sucessivamente para as mãos de outras pessoas que expandiram a colônia para o interior de outras colônias de Pelotas e dos atuais municípios de Arroio do Padre, Turuçu e Canguçu. Este apaziguamento foi de certa forma oficial e autoritária, é provável que na formação das colônias e depois do município os conflitos sempre perduraram e foram fundamentais para a formação da identidade.

Assim, em 1868 se iniciou a expansão da colonização alemã-pomerana à margem direita do arroio Grande (Turuçu) e é a partir desse momento que Arroio do Padre passou a ser colonizada.



Segundo Beiersdorf e Baysdorf (2010, p. 36)², quando em 1868 os colonos atravessaram o arroio Grande (Turuçu), se instalaram nas coxilhas próximas ao Arroio Pimenta e, originaram assim, a Picada *Serrito*. No mesmo ano foi fundada também a colônia de Arroio do Padre I, às margens do arroio de mesmo nome.

Na década de 1870, os moradores dessas duas áreas iniciaram a ocupação do topo de uma coxilha que levou o nome de Arroio do Padre II e é nesse local, que hoje se localiza o centro do atual município de Arroio do Padre e a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil de Arroio do Padre II. Igreja esta que é responsável por grande parte de adeptos luteranos e influi com bastante relevância na formação da identidade étnica desta localidade.

A Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil de Arroio do Padre II: práticas de educação e cultura contribuintes na formação de uma identidade

De acordo com Kolling (2000, p. 58), a maioria dos imigrantes alemães que para cá imigraram eram protestantes, pois não vinham das regiões do sul da Alemanha, onde o catolicismo predominava. Os pomeranos vinham de uma forte tradição luterana e eram bastante religiosos, de forma que, na medida do possível, quando vieram, trouxeram suas Bíblias, hinários e outros livros devocionais.

Porém, quando chegaram ao Brasil, a Igreja Católica Romana era a religião oficial do Império, o que trouxe alguns transtornos para os luteranos evangélicos, começando pela falta de liberdade para realizar seus cultos. Pela lei, até a Proclamação da República, em 1889, os luteranos não podiam construir templos com cruz, torre e sino. Além disso, os casamentos de luteranos eram considerados nulos perante a lei e os filhos, ilegítimos e sem direito legal a herança, permanecendo esta questão até 1861, quando então foram legalizados. Ainda, os cemitérios públicos eram somente para os católicos, restando para as comunidades luteranas criarem o seu próprio cemitério.

[...] os evangélicos eram “tolerados, sim”, mas, “não obstante, eram cidadãos de segunda classe e todos os sentidos” apoia-se, além disso, no fato de que os matrimônios evangélicos não eram reconhecidos, e, sim equiparados a concubinatos, os matrimônios mistos eram proibidos e que os protestantes eram ameaçados expressamente com multas, se seus locais de culto fossem reconhecíveis como igrejas cristãs por uma torre, sinos ou uma cruz. (PRIEN 2001, p. 40)

² Estes dados estão publicados em livro didático produzido pelos autores acima, referendados por Coaracy (1957), ainda em Roche (1969) apresentam dados relativos à instalação das colônias.



Kreutz (1990, p. 202), realça que em diversas regiões da Alemanha, das quais era proveniente boa parte dos imigrantes havia a tradição de pequenas propriedades rurais com tradição cristã milenar em que havia esta integração religiosa, social e cultural. Até o final do século XVIII, predominava na região da Alemanha o motivo religioso na educação, tendo como objetivo formar bons cristãos, isso, além do ensino formalizado do ler, escrever e contar. A catequese juntamente com o ensino de rezas e cânticos era prioritária.

Ao chegar ao Brasil, os imigrantes acabaram dando origem a espaços que dividia a escola e a igreja. O pastor era também o professor. Este formato de igreja existente até os dias atuais, sobretudo no sul do Rio Grande do Sul, foi chamado de “Schulgemeinde” – Comunidade Escolar Livre ou Igreja Evangélica Luterana Independente. Hoje não funcionam mais como escolas, mas seguem sendo igrejas independentes e autônomas, cada uma cuidando dos seus próprios negócios e sendo atendidas por uma categoria de pastores não formados em seminários e que receberam o nome de “pastorado livre ou pseudo pastorado”.

[...] a aula era dada no prédio da igreja ou o culto no prédio da escola, bem como, o professor era, ao mesmo tempo, o pastor (ou vice-versa), embora menos frequentemente. Às vezes, ocupava o cargo alguém da comunidade, que tinha um pouco mais de conhecimento e já não podia trabalhar na lavoura. A escolaridade era mínima, ficando restrita a aprendizagem das operações mínimas de cálculo, leitura e escrita. As aulas não funcionavam regularmente, dada à distância que separava os alunos da escola e também porque os filhos ajudavam os pais na roça [...]. (KOLLING, 2000, p. 53)

O contexto de fundação da Comunidade Evangélica de Arroio do Padre II não foi diferente das demais igrejas de regiões de imigração alemã-pomerana. O seu primeiro pastor foi o reverendo Baldermann, ele também exercia o papel de professor. Assim os filhos tinham acesso à educação e aos estudos religiosos propagados por Lutero em sua terra de origem.

De acordo com os registros no livro *Crônica da Comunidade* (1995), a Comunidade Evangélica de Arroio do Padre II não seguiu por muito tempo no modelo de comunidade independente. Já pelo ano de 1900, entrou em contato pela primeira vez com o *Synodo Riograndense*, estabelecendo relação com o pastor Weller, lotado na Comunidade Evangélica São João, na cidade de Pelotas. No ano de 1901, a comunidade efetivamente se filiou ao referido *Synodo*.

Conforme descreve Kolling, este *Synodo* surgiu da seguinte forma:

Quando, em 1860, a igreja alemã enviou seus primeiros representantes para o Brasil, estes avaliaram a situação religiosa dos imigrantes como sendo um



verdadeiro caos, porque não havia uma organização ou um órgão que coordenasse a vida da igreja. Acreditavam que a solução seria fazer alguma coisa para impulsionar o trabalho da igreja e dar um atendimento mais ordenado aos luteranos através de uma estrutura. (KOLLING 2000, p. 62)

Primeiramente, a tentativa foi de delegar ao Estado a responsabilidade sobre a igreja evangélica, da mesma forma que era comum na Alemanha. Esta proposta não foi aceita pelo Estado e então se criou uma organização sinodal, ou seja, uma “associação de comunidades”, com o objetivo de impulsionar e organizar a igreja. A palavra *sínodo*, no grego, significa caminhar juntos.

A primeira tentativa de fundar um sínodo aconteceu sob a liderança de Wilhelm Borchard, o primeiro pastor enviado pela igreja alemã em 1864 e que atuou em São Leopoldo. Esta tentativa foi fracassada. Mais sólida foi a segunda e efetiva tentativa, quando em 20 de maio de 1886, na liderança do Pastor Doutor Wilhelm Rotermund foi então fundado em São Leopoldo (RS) o *Synodo Riograndense*. Conforme Kreutz (1990, p. 259), Rottermund obteve sucesso em uma das alternativas por ele idealizadas no sentido de integrar as comunidades independentes. A outra, que sugeria a criação de um consistório junto ao governo imperial, uma secretaria para assuntos do protestantismo, não vingou.

Posteriormente, a partir da união dos Sínodos Riograndense (1886) e dos demais que surgiram depois: Luterano (1905), Evangélico (1911) e Brasil Central (1912); em 26 de outubro de 1949, constituiu-se a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), tal qual é nomeada hoje. Quando a Comunidade de Arroio do Padre II se filiou ao Sínodo Riograndense, em 1901, destaca-se que diversos pastores que provinham da Alemanha passaram pela comunidade, alguns de forma passageira, outros de forma mais longa; alguns de forma bem sucedida, outros nem tanto. Sabe-se que a atuação destes pastores perpassou a área religiosa, pois os mesmos contribuíram também diretamente no campo da educação e da cultura que se acredita que veio a interferir diretamente na identidade da comunidade de Arroio do Padre.

De acordo com o que consta na Crônica Histórica Comunidade Evangélica Arroio do Padre II de Coswig (1995, s/p), desde a fundação da igreja (1882) até pelo menos a década de 1960, os pastores também atuavam como professores, inicialmente como uni docentes e por fim somente com o ensino da Religião. São citadas interrupções na atuação destes pastores/professores durante a 1ª e 2ª Guerra Mundial, em virtude do ensino e pregações que era dado na língua alemã. É citada também a fundação de diversos grupos culturais, muitos deles de cunho artístico. Entre eles, aparece: Coro masculino, Coro de trombones, Coro de



vozes, Grupo de Meninas, Grupo de Juventude, Grupo de danças, Grupo de teatro, OASE (Ordem Auxiliadora de Mulheres) e o Culto Infantil.

Também aparecem diversos eventos promovidos pela comunidade, entre eles: festas escolares e dos diversos grupos, eventos de inauguração, noites de Natal, palestras, eventos com apresentações artísticas, cursos de formação, desfile histórico-cultural, competições e baile da Sociedade Tiro ao Alvo, Festival de Canção e Teatro, entre outros.

Percebe-se através da memória que na atuação dos pastores³ havia um grande investimento no germanismo, o que acabava por gerar um capital cultural⁴ muito rico se comparado à baixa escolaridade. Os estudos costumavam ser interrompidos assim que os alunos concluíam o Ensino Confirmatório⁵, pois precisavam auxiliar aos pais na lavoura. Isto ocorria, considerando também que:

[...] naquela época⁶, a escola não era pública. A professora era paga pelos membros da comunidade. Pagava por filho e isso saía caro. Por isso normalmente ninguém concluía um estudo alto porque a maioria tinha muitos filhos e então o pai não tinha condições de dar “aula” pra todos os filhos. O principal era ler e escrever o seu nome. Isso já era suficiente. (ENTREVISTADA 1, 2013, p. 2)

Figura 1 – Alunos em “formação” na Semana da Pátria com a professora Gertha Bonow Scheunemann

³ Vindos da Alemanha até a década de 1970.

⁴ Aqui se compreende o conceito de capital cultural a partir dos estudos de Bourdieu (1996, 1989), ou seja, a escolaridade do grupo era baixa, com três ou quatro anos de frequência na escola, mas as práticas religiosas incrementavam a vida cultural, através do incentivo de práticas de leitura, de organização de peças teatrais, entre outras.

⁵ O rito de confirmação marca a passagem da vida juvenil para fase adulta.

⁶ Até o ano de 1957.



Fonte: Acervo fotográfico da ENTREVISTADA 2 – década de 1950.

É notável que embora os anos na escola fossem poucos, o ensino perpassava o aprendizado básico da leitura, escrita e cálculos e considera-se que havia continuidade no processo de formação através do grupo de Juventude Evangélica. Neste sentido, destaca-se como primeiro ponto o aprendizado de três línguas: pomerano, alemão e português. Conforme relato de frequentadora da igreja e aluna da escola na década de 50/60:

[...] a gente entrava na escola e não sabia falar português. Então tinha que o 1º ano A e o 1º ano B. No 1º ano A, a gente aprendia a fazer risquinho e aprendia a falar em português. Então tinha que primeiro a professora ensinar a falar para depois passar a matéria. [...] O pastor Friedrich Schluckebier dava aula de Ensino Religioso e Ensino Confirmatório e ai a gente aprendia em português e alemão. Foi onde a gente aprendeu a ler em alemão. (ENTREVISTADA 1, 2013, p. 2).

Por segundo ponto, destaca-se o ensino de atividades manuais, evidenciados em depoimento: “[...] na escola a gente também aprendia a pregar botão, costurar, bordar, fazer uma casa de botão, um crochêzinho e outros artesanatos. [...] os guris faziam coisas de madeira: brinquedos, ferramentas e carrinhos. Isso a gente vendia nas festas da escola.” (ENTREVISTADA 3, 2013, p. 2). Ainda, ressalta-se a forte presença do civismo: “[...] A gente marchava, fazia o hasteamento da bandeira e todos cantavam de cor e salteado o Hino da Bandeira, o Hino Nacional, o Hino da Independência... Todos os alunos cantavam que a escola estremecia”. (ENTREVISTADA 1, 2013, p.5).



Neste período o civismo e a valorização nacionalista ainda eram evidenciados pela sociedade brasileira, e de certa forma foram incorporados no grupo étnico que passa de um período de exacerbado germanismo e de resistência à perseguição ao Estado Novo para uma melhor adaptação aos modelos do estado desenvolvimentista.

Figura 2 – Apresentação da peça de teatro “Cena Gaúcha” com danças folclóricas



Fonte: Acervo fotográfico de ENTREVISTADA 1 – década de 60.

Outro aspecto relevante eram práticas artísticas como o canto, o teatro e a dança.

[...] a gente fazia teatro, ia pra outras localidades e aí a gente arrecadava dinheiro. Cobrava coleta ou um pouco de ingresso e aquele dinheiro a gente aplicava em coisas... nós viajávamos e depois que fizeram o salão a gente aplicou em palco ou cadeira, móveis e o que se comprava ali pra dentro ajudava a comunidade. [...] Dançava músicas folclóricas alemãs e também gauchescas: Pezinho, Balaio, Chimarrita e outras assim. (ENTREVISTADA 1, 2013, p. 4)

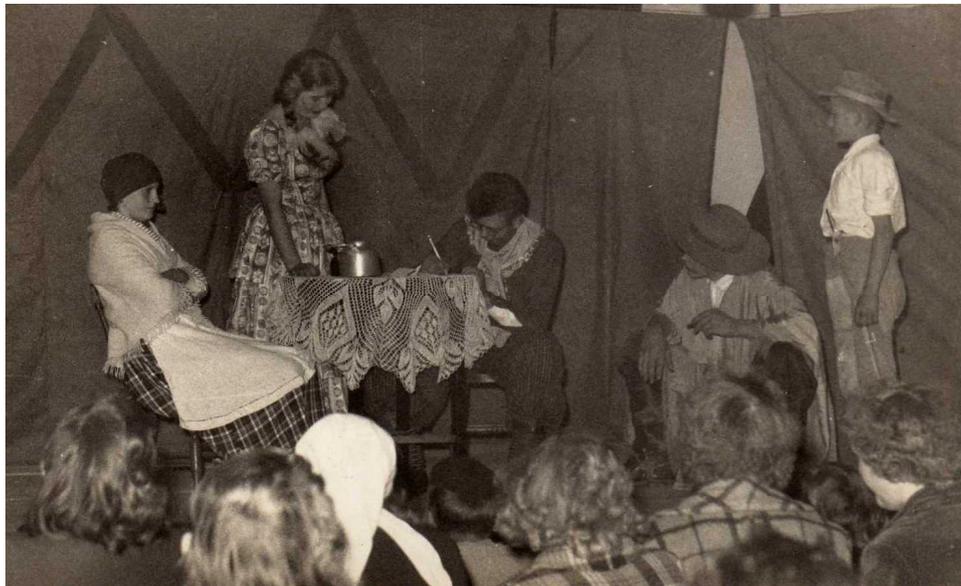
Conforme Prien (2001, p. 390), em relação ao Grupo de Juventude Evangélica – *Evangelische Jugend*, em 1936 já se ressaltava devidamente o elemento do Estado brasileiro, ao definir os objetivos da Juventude Evangélica do seguinte modo:

A Juventude Evangélica autônoma deverá desonerar a Igreja, assumindo o trabalho com jovens. A “Juventude Teuto-Evangélica” impede o nivelamento interconfessional, realiza camaradagem – os jovens se chamavam de camaradas entre si – isto é, amor ao próximo, comunhão nacional, ou seja, comunidade, e serve: 1º– ao Estado, formando “homens íntegros, de caráter, capazes de tomar decisões”; 2º – à Igreja, formando



“para ela lutadoras para a divulgação da palavra de Deus”; 3º – ao etnicismo, formando “para ele compatriotas firmes”.

Figura 3 - Apresentação da peça de teatro “Cena Gaúcha”



Fonte: Acervo fotográfico de ENTREVISTADA 1 – década de 60.

Esses aspectos revelam maior mobilidade do grupo e integração à realidade lusa. Torna-se visível uma aparente reinvenção de aspectos da tradição gaúcha incorporadas nas práticas culturais de um grupo religioso luterano. Entretanto, a manutenção linguística e religiosa é valorizada e a adequação a outra cultura pode ser uma forma de resistência. Por isso:

Apesar de se esperar que se tornassem cidadãos brasileiros, e de terem obtido de maneira formal essa condição, nas condições terríveis de assentamento, eles optaram pela continuação e a segurança de sua identidade étnica, linguística e religiosa. (DROOGERS apud CUNHA 2011, p. 46)

Sem sombra de dúvida as evidências em torno da religiosidade e da coesão do grupo passam pela formação escolar religiosa, continuada no segmento jovem perpassado pelas práticas culturais e artísticas.

Considerações finais



Compreende-se que a identidade luterana do recente município de Arroio do Padre teve influências determinantes através da imigração maciça de luteranos e, por isso, pode-se considerar essa como sua especificidade histórica.

A religião luterana, no caso, representada pela IECLB, foi organizada e hierarquizada em pressupostos da oficialidade dessa instituição. A preocupação da instituição foi em fortalecer as práticas educativas e culturais do grupo, a fim de manter a coesão e o fortalecimento do capital cultural, fundamentado especificamente no campo religioso.

As práticas musicais, teatrais, artísticas visaram o fortalecimento étnico através do engajamento do grupo na visibilidade de suas ações aos grupos próximos. Pode-se depreender que em muitos momentos as reinvenções das tradições tiveram um caráter de aparente manutenção, mas, sobretudo de resistência no fortalecimento de identidade do grupo.

Com base no exposto, constata-se que mesmo que os membros desta época tenham em sua maioria uma baixa escolaridade, as práticas culturais realizadas principalmente pelo grupo de Juventude Evangélica proporcionaram um rico capital cultural, determinantes para a conservação da identidade luterana destes sujeitos.

Referências bibliográficas

- BACELO, Joice. **Arroio do Padre é a cidade com menor percentual de católicos do Brasil**. Disponível em: <<http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/geral/noticia/2012/07/arroio-do-padre-e-a-cidade-com-menor-percentual-de-catolicos-do-brasil-3821415.html>>. Acesso em 12 jul. 2012.
- BAYSDORF, Nataniel Coswig. **O processo da globalização e os seus impactos na identidade cultural pomerana da comunidade de Arroio do padre/RS**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia). Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2007.
- BEIERSDORF, Cássia Raquel; BAYSDORF, Nataniel. **Arroio do Padre: nosso espaço, história e cultura**. Pelotas: UFPel, 2010.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas lingüísticas: o que falar e o que dizer**. São Paulo: USP, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, Bertrand Brasil, 1989.
- BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Trad. Sergio Goes de Paula. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- COARACY, Vivaldo. **A colônia de São Lourenço e seu fundador Jacob Rheingantz**. São Paulo: Saraiva, 1957.
- COSTA, Jairo Scholl; DIETRICH, Breno; ALMEIDA, José Sydney Nunes. **150 anos de Imigração Alemã-Pomerana em São Lourenço do Sul, 1858-2008**. São Lourenço do Sul: Comunicar Brasil, 2008.



- COSWIG, Alfredo. **Crônica Histórica de Arroio do Padre II**. Pelotas: Comunidade Evangélica de Arroio do Padre II, 1995.
- CUNHA, Gladson Pereira da. **Religiosidade e Protestantismo**. São Paulo: Editora Reflexão, 2011.
- DREHER, Martin (org.). **500 anos de Brasil e Igreja na América Meridional**. São Leopoldo: EST, 2002.
- HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990.
- HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? IN: SILVA, Tomás T. da (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 103-133.
- HOBSBAWN, Eric. **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- KOLLING, Nilo. **Educação e Escolas em contexto de imigração pomerana**. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, 2000.
- KREUTZ, Lúcio. Modelo de uma Igreja imigrante: educação e escola. In: DREHER, Martin (org.). **Populações Rio-grandenses e modelos de igreja**. Porto Alegre: Editora Sinodal, 1990.
- MILHEIRA, Rafael Guedes. Um modelo de ocupação regional Guarani no sul do Brasil. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**. São Paulo, n. 18, 19-46, 2008.
- PESAVENTO, Sandra Jatthy. **História & História Cultural**. 2. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- PRIEN, Hans Jürgen. **Formação da Igreja Evangélica no Brasil: das comunidades teuto-evangélicas de imigrantes até a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.
- RADLEY, Alan. Artefactos, memória y sentido Del pasado. In: MIDDLETON, David; EDWARDS, Derek. **Memória compartilhada: la natureza social del recuerdo y del olvido**. Buenos Aires: Piados, 1992.
- RÖLKE, Helmar Reinhardt. **Descobrimos raízes: aspectos geográficos, históricos e culturais da pomerânia**. Vitória: UFE. Secretaria de Produção e Difusão Cultural, 1996.
- ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969.
- RÖLKE, Helmar Reinhardt. **Descobrimos raízes: aspectos geográficos, históricos e culturais da pomerânia**. Vitória: UFE. Secretaria de Produção e Difusão Cultural, 1996.
- WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. IN: SILVA, Tomaz T. (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 103- 133.

Recebido em Julho de 2013.
Aprovado em Agosto de 2013.